



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2019.0000470745

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1000774-03.2017.8.26.0233, da Comarca de Ibaté, em que é apelante CLEONIDE ALVES DE JESUS DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados TOKIO MARINE SEGURADORA S/A e RICARDO NEVES BRAGA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente) e ANTONIO NASCIMENTO.

São Paulo, 13 de junho de 2019.

Vianna Cotrim
Relator
Assinatura Eletrônica

APELANTE: CLEONIDE ALVES DE JESUS DOS SANTOS
APELADOS: TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; RICARDO NEVES BRAGA
COMARCA: IBATÉ - VARA ÚNICA

EMENTA: Acidente de trânsito - Ação indenizatória - Aplicação do prazo prescricional trienal - Exegese do artigo 206, § 3º, V, do Código Civil - Fato gerador da pretensão postulada em juízo consistente no sinistro - Prescrição reconhecida com acerto, ainda que se considere a aplicação do disposto na súmula 229 do STJ - Apelo improvido.

VOTO Nº 41.707 (Processo digital)

Ação indenizatória, derivada de acidente de trânsito, julgada improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil, pela sentença de fls. 237/238, relatório adotado.

Apelou a autora, buscando a reforma da decisão. Brandiu contra o reconhecimento da prescrição, afirmando que o cômputo do prazo tem início por ocasião da negativa de pagamento, levando-se em conta a suspensão da fluência, nos moldes da súmula 229 do STJ. Disse que faz jus à indenização securitária para o evento morte.

Processado o recurso, com contrarrazões, subiram os autos.

É o relatório.

Trata-se de ação por meio da qual a autora objetiva

receber indenização em virtude dos danos provenientes do atropelamento que ocasionou o óbito do seu marido, ocorrido em 09 de novembro de 2012.

Aplica-se à hipótese “sub judice” o disposto no artigo 206, § 3º, inciso V, do Código Civil, conforme o qual, *“prescreve em três anos a pretensão de reparação civil”*.

Fixado o prazo prescricional, é de se questionar se foi ele ultrapassado ou não, sendo necessário, para tanto, estipular-se o termo inicial de contagem.

O fato gerador da pretensão postulada em juízo consiste no acidente automobilístico que vitimou o esposo da autora.

Ora, considerando que a ação foi proposta em 18 de julho de 2017, ou seja, bem mais de três anos após o advento do sinistro, que remonta a 09 de novembro de 2012, era forçoso o reconhecimento da prescrição.

E ainda que se considerasse a suspensão da fluência do prazo trienal por ocasião do aviso de sinistro formulado pelo autor em 06 de abril de 2014 até a negativa de pagamento em 18 de julho de 2014 (fls. 18/21), do mesmo modo a ação estaria prescrita, visto que, entre a data do acidente até a data do requerimento administrativo já havia ultrapassado quase um ano e meio do prazo.

Logo, fica mantida a sentença, tal como lançada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Finalmente, em atenção ao disposto no artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários advocatícios sucumbenciais para 12% do valor da causa, observada a suspensão da exigibilidade atinente à gratuidade processual.

Ante o exposto e por esses fundamentos, nego provimento ao recurso.

VIANNA COTRIM
RELATOR